

Formação de professores concomitante à formação de bacharéis: anacronismo ou insubordinação?

Teacher education concomitant with bachelor formation: anachronism or insubordination?

Matheus D'avila Schmitt

Universidade Federal de Santa Catarina
matheusdschmitt@hotmail.com

Maria Eduarda de Melo

Universidade Federal de Santa Catarina
ddudamelo@gmail.com

Adriana Mohr

Universidade Federal de Santa Catarina
adriana.mohr.ufsc@gmail.com

Resumo

Apesar da existência de uma tendência contemporânea na formação de professores de desvinculação entre cursos de bacharelado e de licenciatura, existem aqueles que seguem propondo formações com uma íntima associação, é o caso dos cursos com Área Básica de Ingresso (ABI). A investigação explorou documentos do Censo da Educação Superior visando entender o que é a ABI para refletir sobre sua pertinência e desenvolvimento nos cursos de formação de professores. Identificou-se o momento de surgimento da expressão ABI, seu significado e algumas de suas características. Ao fim, questiona-se sobre a extinção ou manutenção desses cursos.

Palavras chave: Formação de professores, Licenciatura, Bacharelado, Organização curricular, Ciências Biológicas.

Abstract

In spite of the existence of a contemporary trend in teachers' education of untying bachelor degree and teacher education programs, there are some courses which continue to offer formation with an intimate association, such as *Área Básica de Ingresso* (ABI) courses. The investigation explored documents from the Higher Education Census in order to understand what is ABI and reflect on how it can be developed and its relevance in teacher education. The birth of the expression ABI, its meaning and some of its characteristics were identified. Finally, it is questioned about the extinction or maintenance of these courses.

Key words: Teacher education, Teacher education program, Bachelor degree, Curriculum organization, Biological Sciences.

Delimitando a temática

Alguns cursos de Formação de Professores (FP) da área das Ciências Naturais estão muito relacionados com os bacharelados de mesma área de conhecimento (CARVALHO, 1992; BRASIL, 2001; AYRES, 2005a; ANTIQUERA, 2018). Tendo sido social e historicamente estabelecida, essa imbricada relação entre cursos de bacharelado e de licenciatura é atravessada por legislações da FP e da formação de bacharéis, por normativas de conselhos profissionais, bem como por diversas produções da área de FP, as quais influenciam os currículos e a formação proposta por esses cursos:

As questões a serem enfrentadas na formação são históricas. No caso da formação nos cursos de licenciatura, em seus moldes tradicionais, a ênfase está contida na formação nos conteúdos da área, onde o bacharelado surge como a opção natural que possibilitaria, como apêndice, também, o diploma de licenciado. Neste sentido, nos cursos existentes, é a atuação do físico, do historiador, do biólogo, por exemplo, que ganha importância, sendo que a atuação destes como “licenciados” torna-se residual e é vista, dentro dos muros da universidade, como “inferior”, em meio à complexidade dos conteúdos da “área”, passando muito mais como atividade “vocacional” ou que permitiria grande dose de improviso e auto formulação do “jeito de dar aula” (BRASIL, 2001, p. 16).

Nesta investigação damos destaque a estes tensionamentos propondo reflexões principalmente direcionadas à FP de Ciências e de Biologia. No texto são apresentadas reflexões sobre um modelo de FP que segue existindo em meio a discursos e tendências teóricas que argumentam a favor de sua extinção. Tal modelo acontece nos chamados cursos com Área Básica de Ingresso (ABI), que permitem ao discente uma entrada comum e uma posterior formação no bacharelado ou na licenciatura. Objetiva-se entender o que é a ABI para refletir sobre sua pertinência e desenvolvimento nos cursos de FP no país.

Tensionamentos na/da FP de Ciências e de Biologia

Antiqueira (2018, p. 280) denuncia que muitas licenciaturas em Ciências Biológicas (CB) no Brasil não valorizam a carreira docente e não contribuem para que se fortaleça a identidade de professor de Biologia, uma vez que “[...] propõem em seus projetos de curso a formação de biólogos que poderão também ser professores, quando, na verdade, deveriam priorizar a formação docente [...]”. Para a autora, essa prática é comumente chamada de “bacharelização” dos cursos de licenciatura, contribuindo para a desvalorização da carreira docente e desmotivação dos alunos que optam por essa graduação.

Diniz-Pereira (2000) afirma que desde a origem das licenciaturas, nas faculdades de filosofia da década de 1930, a FP já ocupava uma posição dominada no campo universitário. Essa situação, com o desenvolvimento das universidades no país, progressivamente foi se agravando e se normalizando, contribuindo para o que autor chama de “menor status acadêmico da licenciatura” em relação ao bacharelado.

Diversos autores (DINIZ-PEREIRA, 1999; AYRES, 2005a; GATTI, 2010) têm inúmeras críticas ao modelo “3+1” de FP, que tem suas origens justamente nas mesmas faculdades de filosofia da década 1930. Esse modelo, alicerçado nos princípios da racionalidade técnica, teve impacto significativos no que se entende por professor. Diniz-Pereira (1999) sumariza algumas das principais críticas a esse modelo: separação entre teoria e prática na preparação profissional, prioridade à formação teórica em detrimento da formação prática e concepção da prática como mero espaço de aplicação de conhecimentos teóricos, sem um estatuto

epistemológico próprio.

É relevante destacar que, antes de ser fortemente combatido a partir da década de 1990, o “esquema 3+1” ao longo dos anos, passou por alterações. Uma dessas alterações está enunciada na Resolução do Conselho Federal de Educação (CFE), de 1970, que fixou o currículo mínimo para os cursos de Ciências Biológicas, propondo um “tronco comum” aos cursos de licenciatura e de bacharelado (modalidade médica) e matérias específicas a cada uma das formações. Embora este currículo não propusesse ordenamento para as matérias elencadas, a tradição “3+1” já fortemente estabelecida, colocou as matérias da pedagogia ao final da formação e de forma desarticulada da formação científica. Assim, a FP realizada no contexto brasileiro, em geral, seguiu sendo marcada pelo esquema supracitado (AYRES, 2005a; AYRES, 2009), que foi combatido principalmente a partir da década de 1980.

Este movimento de contestação culminou, no ano de 2002, com o estabelecimento de Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de FP. Esta legislação opôs-se à situação histórica de apagamento das licenciaturas pelos bacharelados:

[...] a Licenciatura ganhou, como determina a nova legislação, terminalidade e integralidade própria em relação ao Bacharelado, constituindo-se em um projeto específico. Isso exige a definição de currículos próprios da Licenciatura que não se confundam com o Bacharelado ou com a antiga formação de professores que ficou caracterizada como modelo “3+1”. (BRASIL, 2001, p. 6).

Parece, então, ficar evidente a desvinculação total entre cursos de licenciatura e de bacharelado, o que mudaria totalmente a FP realizada no país até então. A esse respeito, em ofício, o presidente da Câmara de Educação Superior aponta que: “[...] a opção pela modalidade deve ser feita no ato da inscrição [...] não sendo possível cursar licenciatura e bacharelado concomitantemente” (BRASIL, 2017, p. 2).

Entretanto, o currículo da FP, como integrante da complexa dinâmica curricular, tem muitos condicionantes e não responde de forma imediata e direta a deliberações de órgãos normativos. Apesar da tendência existente desde 2002, de desvinculação entre bacharelado e licenciatura, formações que os aproximam e propõem um ingresso compartilhado com posterior escolha por um dos cursos seguem existindo (e talvez nunca deixem de existir): é o caso dos cursos com ABI.

Nossa revisão bibliográfica não localizou nenhum artigo¹, tese ou dissertação nas áreas de Ensino e de Educação que tenha a ABI como objeto de pesquisa. Nesse sentido, a temática necessita ser mais bem explorada pela área de Educação em Ciências levando em conta que professores são formados nesses cursos.

Metodologia

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e do tipo documental e analisou documentos do Censo da Educação Superior (CenSup), que fornecem informações sobre cursos de graduação (números de matrículas e ingressos, número de docentes e seus respectivos graus de formação, dentre outras). Quando documentos constituem o *corpus* da pesquisa, esta se caracteriza como uma pesquisa documental, ou seja, são utilizados métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise desses documentos (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

¹ À exceção de artigo anterior de autoria de um dos autores deste texto (SCHMITT; SILVÉRIO, 2019).

Foram lidos na totalidade os resumos técnicos² do CenSup disponíveis para consulta na internet, de 2002 a 2017, seus glossários de 2014 a 2017 e manuais de preenchimento do CenSup³. Na leitura, identificou-se a presença das expressões ABI, Área Básica de Ingresso, ABC, Área Básica de Curso. A seguir, procedeu-se a análise destes conceitos, tal como utilizados e desenvolvidos nos documentos, para o estabelecimento do formato dos cursos. Tentamos entender o significado com que esses termos são utilizados e refletir sobre as possibilidades de organização curricular para a FP a partir desta perspectiva.

Resultados e Discussão

Notamos que nos relatórios técnicos de 2002 a 2009 para além da oferta dos graus acadêmicos de licenciatura, bacharelado e tecnológico, havia menção a outra modalidade: “Bacharelado e Licenciatura”. Esses cursos que estavam declarados concomitantemente como de bacharelado e licenciatura poderiam conferir os dois títulos a um mesmo graduando. Mas, em 2010, eles deixam de existir e o relatório técnico do CenSup deste ano aponta que:

Até 2009, o atributo grau acadêmico dos cursos de graduação, no Censo, previa a possibilidade de que um único curso fosse declarado concomitantemente “Bacharelado e Licenciatura”. Em 2010, atendendo ao Parecer CP/CNE nº 09/2001, o recadastramento passou a admitir uma única classificação em relação ao grau acadêmico do curso: “Bacharelado”, “Licenciatura” ou “Tecnológico”. Diante disso, os cursos que possuíam o grau acadêmico de “Bacharelado e Licenciatura” foram cadastrados pelas IES em uma das seguintes situações: a) dois cursos, sendo um de licenciatura e outro de bacharelado; b) dois [*sic*] cursos, sendo um de licenciatura, outro de bacharelado e uma Área Básica de Curso (ABC); c) apenas um curso de bacharelado; ou d) apenas um curso de licenciatura. (INEP, 2012, p. 22).

Entendemos que a expressão Área Básica de Curso (ABC), mencionada no trecho acima e presente somente no relatório técnico de 2010 (INEP, 2012), é um antecessor da ABI uma vez que faz referência à mesma situação curricular. A expressão “Área Básica de Ingresso” surge nos documentos do CenSup do ano seguinte (INEP, 2013).

A partir da admissão de uma única classificação em relação ao grau acadêmico do curso: “Bacharelado”, “Licenciatura” ou “Tecnológico”, conforme explicitado anteriormente, os cursos tiveram que ser readequados. Como possibilidades de adequação estavam sua transformação em cursos independentes de licenciatura e/ou de bacharelado, que poderiam vir a ser oferecidos com uma ABC/ABI. Nesse sentido, a partir de 2010 nos relatórios do CenSup não há mais matrículas⁴, nem ingressos⁵ em cursos que ofereciam o grau de “Bacharelado e Licenciatura”.

Concomitantemente a este desaparecimento, observa-se que um grau acadêmico “não aplicável” passa a ser oferecido e que, segundo os próprios relatórios, esta situação

² Resumo Técnico tem por finalidade apresentar os principais resultados do Censo da Educação Superior e destaca, por meio de gráficos e tabelas, algumas tendências observadas ao longo dos últimos anos.

³ Documentos que contém instruções a serem seguidas pelos gestores da IES visando o correto preenchimento dos dados na plataforma e-MEC.

⁴ “Somatório de vínculos de aluno a um curso superior igual a cursando e formado” (INEP, 2012, p. 26).

⁵ “Somatório de vínculos de aluno a um curso superior que possui ano de ingresso igual ao ano de referência do Censo” (INEP, 2012, p. 26).

corresponde aos cursos com ABI. Percebe-se que, de forma geral, os cursos ABI não estão incluídos nas análises e estatísticas apresentadas nos relatórios do CenSup.

A ABI é definida nos documentos do CenSup desde 2014 e sua definição mais recente indica:

Atributo de ingresso: ABI (Área Básica de Ingresso) – refere-se à situação em que uma única “entrada” no curso possibilitará ao estudante, após a conclusão de um conjunto básico de disciplinas (denominado de “ciclo básico” por algumas instituições de educação superior) a escolha de uma entre duas ou mais formações acadêmicas. ABI é comum em cursos de licenciatura ou bacharelado (História, Letras, Física, Geografia, Filosofia, etc.) ou em cursos apenas de bacharelado como os de Comunicação Social e de Engenharia, que dispõem de várias formações acadêmicas vinculadas (INEP, 2019a, p. 59).

Por sua vez, o termo "Atributo de ingresso" é definido como o “[...] tipo de ingresso possibilitado pelo processo seletivo do curso, seja por ABI (entrada única) ou Normal (entradas independentes para cada curso).” (INEP, 2016). Na prática, escolher um curso ABI, significa que o estudante, não necessita pré-definir o curso em que irá se formar ao se matricular na universidade. Isto só precisará ser indicado após concluir um conjunto de disciplinas. Ou seja, o estudante poderá vivenciar disciplinas comuns aos cursos que estão vinculados à ABI por algumas fases e adquirir experiências nos campos de atuação científica/profissional para depois escolher pelo curso desejado.

Percebemos também, em documentos orientadores do CenSup (INEP, 2019b), que além de ser um “Atributo de Ingresso”, ABI também é definido como um curso. Mas um curso no qual não existem formados. Ao final do curso ABI não há titulação expedida visto que “Para área básica de ingresso não está definido grau acadêmico” (INEP, 2015, p. 23).

É possível inferir indiretamente (a partir da identificação do número de matrículas e do número de ingressantes no CenSup mais recente) que os cursos com ABI são pouco frequentes: de 3.226.249 ingressantes em 2017, somente 19.736 (0,6%) estavam em cursos ABI. Também, do total de 8.286.663 matrículas, apenas 35.583 (0,4%) estão nesses cursos (INEP, 2019a).

Nota-se, a partir da análise do número de matrículas do CenSup de 2017, que grande parte das matrículas em ABI (que perfazem um total de 35.583) estão em IES federais (25.630) e estaduais (9.748). Apenas 205 matrículas são verificadas em IES privadas e inexistem em municipais (INEP, 2019a). A maior concentração dos cursos ABI está na região sudeste e não há oferta dos mesmos na modalidade de educação à distância.

Considerações

Carvalho (1992, p. 54) aponta que a simples mudança de grades curriculares não melhorará a FP e que “Essa mudança só será possível se acompanhada de uma verdadeira mudança de paradigma no desenvolvimento dos cursos de licenciatura.” Manter um curso de licenciatura separado do bacharelado, mas que, como apontado por Antiquera (2018), tem como horizonte a formação de um bacharel, é problemático para a FP.

Desta forma, cursos de bacharelado e de licenciatura com ABI, por apresentarem forte relacionamento, podem mostrar-se como espaços potentes para que a melhora nas licenciaturas seja mais embasada em mudanças de paradigmas do que na alteração de grades curriculares.

Talvez seja possível dizer que a criação da designação ABI seja um caso surgido do confronto entre o que estava proposto pela legislação e o que vinha sendo realizado na prática da FP. Se assim for, a ABI é um exemplo da riqueza e força da dinâmica curricular: na prática há situações legítimas se desenvolvendo e isto pode forçar legislações e avaliações a se adaptarem. Ou seja, talvez possamos inferir que a ABI seja uma solução administrativa criada para dar conta daqueles cursos que não estavam subordinados à separação entre bacharelado e licenciatura que a legislação propunha.

Os resultados desse trabalho nos incitam a outros questionamentos: a existência dos cursos ABI reflete um anacronismo que deveria ser extinto da FP ou é, talvez, fruto de insubordinações que objetivam a manutenção de ricas experiências formativas? Nesse sentido, pesquisas que analisem de forma mais aprofundada e detida a estrutura e o desenvolvimento dos cursos ABI mostram-se necessárias.

Referências

- ANTIQUERA, Lia Maris Orth Ritter. Biólogo ou professor de biologia? A formação de licenciados em Ciências Biológicas no Brasil. **Rev. Docência Ens. Sup.**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 280-287, jun./dez. 2018.
- AYRES, Ana Cléa Braga Moreira. **Tensão entre matrizes: um estudo a partir do curso de Ciências Biológica da Faculdade de Formação de Professores/UERJ**. 2005. 231 f. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005a.
- AYRES, Ana Cléa Moreira. As tensões entre a licenciatura e o bacharelado: a formação de professores de biologia como território contestado. In: MARANDINO, Martha et al. **Ensino de biologia: conhecimentos e valores em disputa**. Niterói: Eduff, 2005b. p. 182-197.
- AYRES, Ana Cléa Moreira. Formação docente: tensões entre as dimensões profissional e acadêmica nos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas. In: SELLES, Sandra Escovedo et al. **Ensino de biologia: histórias, saberes e práticas formativas**. Uberlândia: EDUFU, 2009. P. 71-86.
- BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Parecer S/N, de 4 de fevereiro de 1970** – Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Ciências Biológicas. DF, 1970.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 9/2001** - Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. DF, 2001.
- CARVALHO, Anna Maria Pessoa. Reformas nas licenciaturas: a necessidade de uma mudança de paradigma mis do que de mudança curricular. **Em Aberto**, Brasília, n. 54, abr./jun. 1992.
- DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. **Educação & Sociedade**, nº 68, dez. 1999.
- DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. **Formação de professores: pesquisas, representações e poder**. Belo Horizonte: Editora autêntica, 2000.
- GATTI, Bernadete Angelina. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010.
- INEP. **Censo da Educação Superior 2010: resumo técnico**. DF, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2010/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf>. Acesso em 10 mar. 2020.

INEP. **Censo da Educação Superior 2011: resumo técnico**. DF, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2011/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf> Acesso em 01 out. 2020.

INEP. **Censo da Educação Superior 2013: resumo técnico**. DF, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf>. Acesso em 10 mar. 2020.

INEP. **Glossário do Censo da Educação Superior 2015: Módulo Aluno**. DF, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/questionarios_e_manuais/2015/modulo_aluno_09032016.pdf>. Acesso em 10 mar. 2020.

INEP. **Censo da Educação Superior 2017: resumo técnico**. DF, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019a. disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2017.pdf>. Acesso em 15 abr. 2020.

INEP. **Manual de preenchimento do Censo da Educação Superior 2019: Módulo Aluno**. DF, Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019b. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/questionarios_e_manuais/2019/Modulo_Aluno.pdf>. Acesso em 17 jun. 2020.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Rev. Bras. História e Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009.

SCHMITT, Matheus D'avila; SILVÉRIO, Lucio Ely Ribeiro. A escolha pela licenciatura em cursos com área básica de ingresso (ABI): o caso de ciências biológicas da UFSC. **Rev. Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 11, n. 21, p. 105-120, mai./ago. 2019.